

2014 - NOVAS ELEIÇÕES CRÍTICAS?

Cláudio Gonçalves Couto

Professor Adjunto da Fundação Getúlio Vargas – SP

✉ claudio.couto@uol.com.br

Resumo: *As disputas de 2014 parecem sugerir que estamos diante de uma nova eleição crítica, em que se criam as oportunidades para certos realinhamentos partidários e eleitorais. Estamos diante de um cenário desafiador para o PT, que precisa recompor-se com os setores médios em expansão para manter-se competitivo nas próximas disputas. Há também o fenômeno novo do surgimento de uma nova direita, em parte autoritária, hoje abrigada eleitoralmente pelo PSDB nas eleições nacionais.*

Palavras-chave: *Eleição presidencial; mudança social; direita-esquerda; eleição crítica; partidos políticos*

Resumo: *As disputas de 2014 parecem sugerir que estamos diante de uma nova eleição crítica, em que se criam as oportunidades para certos realinhamentos partidários e eleitorais. Estamos diante de um cenário desafiador para o PT, que precisa recompor-se com os setores médios em expansão para manter-se competitivo nas próximas disputas. Há também o fenômeno novo do surgimento de uma nova direita, em parte autoritária, hoje abrigada eleitoralmente pelo PSDB nas eleições nacionais.*

Palavras-chave: *Eleição presidencial; mudança social; direita-esquerda; eleição crítica; partidos políticos*

Embora mal tenham se fechado as urnas de 2014, decerto podemos dar por garantido que se incorporará ao folclore do anedotário político brasileiro o fato de neste ano ter ocorrido a mais acirrada disputa presidencial de nossa história democrática. Como todo fato anedótico, contudo, este também cria o risco de tomarmos o sintoma pela causa, considerando mais o inusitado dos números do que os fatores políticos que lhe produziram.

As eleições presidenciais de 2014 ocorreram num cenário político em transformação e é impossível entendê-las satisfatoriamente sem considerar o terremoto sociopolítico que foram as manifestações deflagradas em junho de

2013. Como todo terremoto, porém, este não pode ser compreendido pelo balanço da superfície, mas pela movimentação das camadas subjacentes – sua causa real. E profundas movimentações ocorreram nas fundações da sociedade brasileira nos últimos 25 ou 30 anos, em boa medida graças à atuação do Estado nesse período.

O ocaso do regime militar e, finalmente, sua substituição por um governo civil, representaram a concretização de uma demanda fundamental da sociedade brasileira – a democratização do país. Insuportáveis para uma sociedade que eles próprios ajudaram a modernizar desde 1964 – como bem aponta Wanderley Guilherme dos Santos (1985) – os militares cederam aos civis o poder nacional. A sociedade brasileira que emergiu dos anos 70 já não mais cabia dentro dos estreitos limites do regime burocrático-autoritário instituído na década de 60. Decerto a sociedade civil não produziu sozinha essa transição, contando para isso com o prestimoso auxílio de um sistema político que precariamente se renovava e já era capaz de por em movimento a transformação.

Esta culminou na Assembleia Nacional Constituinte, que deu vazão a um segundo passo fundamental nesse processo de transformação modernizadora, definida por Samuel Pessôa (2014) como o “contrato social da redemocratização. Trata-se da decisão que a sociedade brasileira tomou em 1988, e que foi materializada no texto constitucional, de construir um Estado de Bem-Estar Social padrão europeu continental”. Essa mudança, para além dos custos fiscais, que são a preocupação maior de Pessôa, lançou as bases de novas condições de cidadania, marcadas pela universalização do direito a certos serviços (como saúde e educação) e pela percepção de que tais direitos eram conquistas adquiridas em definitivo, sem possibilidade de reversão.

A paulatina estruturação das políticas públicas que efetivaram as diretrizes da Constituição, principalmente por meio da consolidação do Sistema Único de Saúde (o SUS) e das políticas educacionais (com a inclusão quase que total das crianças nas primeiras faixas do ensino fundamental) fizeram com que se modificasse progressivamente a percepção dos cidadãos acerca de seus direitos. O acesso aos serviços já era tido como um dado da realidade, apesar da insatisfação com respeito à sua qualidade.

Seguiu-se a essa mudança a demanda por estabilidade econômica, motivada principalmente pelas altas taxas de inflação herdadas do regime militar e agravadas nos primeiros governos democráticos. Não casualmente o combate à inflação tornou-se a questão crítica de quatro ciclos eleitorais: as eleições estaduais e congressuais de 1986 (afetadas decisivamente pelo sucesso efêmero do Plano Cruzado), a presidencial de 1989 (quando Collor afirmava que tinha uma só bala na arma, para matar o “tigre inflacionário”), a quase geral de 1994 (quando Fernando Henrique Cardoso se elegeu na esteira do sucesso bem mais consistente do Plano Real) e a nova eleição quase geral de 1998 (quando FHC foi reeleito na expectativa de preservar os ganhos do Real).

Assegurada a estabilidade econômica pelo Plano Real e lançadas as bases de uma modernização liberal do Estado Brasileiro durante os dois mandatos de FHC, abriu-se espaço para uma nova onda de demandas, orientadas para a redução da pobreza e das desigualdades. É na resposta a essas novas expectativas que tornou-se finalmente possível a vitória de Lula e do PT na disputa presidencial de 2002, após três derrotas.

Sobre as bases anteriores, o governo petista promoveu o avanço dessa nova agenda. Verificou-se uma queda substancial da pobreza e, embora não tão profunda, uma redução significativa da desigualdade – medida pelo

coeficiente de Gini. Um símbolo dessa mudança e, mais do que um símbolo, um fator demográfica e politicamente relevante, foi a expansão da chamada “classe C”, aqueles situados entre os pobres e a classe média estabelecida. Segundo dados de Neri (2011), ela saltou de 65,9 milhões de pessoas em 2003 para 105,5 milhões em 2011; ou seja, de uma parcela de 37,56% da população para 55,05% (um crescimento de 46,57%) – constituindo, assim, seu estrato majoritário. Nesse mesmo período, a classe média estabelecida e as classes altas (A/B) cresceram até mais em termos relativos: 54,71%, passando de 7,6% para 11,76% da população.

Essa profunda transformação de nossa estrutura de estratificação social (associada a outros fatores) promoveu reviravoltas significativas no mapa eleitoral do país (Hunter & Power, 2007; Singer, 2012). O voto petista nas eleições presidenciais, até 2002 mais concentrado nas camadas médias e no centro-sul do país, migrou já em 2006 para o Norte-Nordeste e para os mais pobres – predominantes nessas regiões. O sucesso das políticas sociais de redistribuição de renda e incentivo ao consumo de massas fez-se sentir de forma clara junto aos segmentos emergentes, ampla maioria da população brasileira e, logo, do eleitorado.

Contudo, se cativava os mais pobres, os governos presidenciais petistas viram erodir seu prestígio junto aos setores médios – mais estridentes e capazes de vocalizar, pelos diversos meios de comunicação, sua inconformidade. Dentre os fatores que contribuíram para a perda de apoio do PT junto aos setores médios nas disputas presidenciais figuram com destaque os seguidos escândalos de corrupção que acometeram os governos nacionais do partido – evidentemente, exponenciados por uma mídia que não lhe é nada simpática.

O desgaste foi pouco sentido nas eleições de 2010, quando um Lula triunfante, numa grande onda de popularidade escorada no bom desempenho da economia, elegeu sem grandes percalços sua pupila, Dilma Rousseff. Mesmo nos pleitos municipais de 2012, ocorridos em meio ao julgamento do Mensalão, os efeitos negativos sobre o PT foram poucos: o partido cresceu pela terceira disputa municipal seguida e tornou-se a terceira força em número de prefeitos e vereadores.

Dilma, contudo, não demonstrou a mesma ventura do antecessor e mentor. Desprovida de seu carisma e habilidade política, aferrada a certezas doutrinárias, autoritária no trato com os subordinados, centralizadora e apegada a detalhes do *micromanagement*, liderou um governo sem brilho. Após um flerte inicial com a classe média que com ela se identificava, experimentou as dificuldades dos escândalos de seu próprio governo, as muitas substituições de ministros e o declínio do nível de atividade econômica; patinou nas relações do Congresso e, quanto mais o mandato se aproximava do final, mais infidelidade colhia junto a sua base e mais necessitava dos votos de opositoristas.

A elevada popularidade que lhe bafejou durante os dois primeiros anos de gestão se esvaiu num átimo, tão logo as manifestações de junho de 2013 ganharam corpo e tomaram as ruas. Mais do que a causa, as jornadas juninas (que se estenderam por outros meses) expressavam o esgotamento de mais um ciclo – desta vez, aparentemente, mais largo. A longa melhora do país iniciada na redemocratização (e aqui brevemente descrita) parece ter chegado a um ponto de inflexão. O progresso, por vezes, gera um paradoxo: eleva as expectativas sociais para um patamar que o próprio progresso não é capaz de satisfazer. Assim, o estancamento da melhora do país produziu uma

frustração diretamente proporcional à elevação dos anseios que a melhora anterior suscitara.

As eleições, assim, tornaram-se bem mais difíceis do que se poderia prever cerca de um ano e meio antes de sua realização – isto é, antes de junho de 2013. Sobretudo no Centro-Sul do país, o PT sofreu um desgaste significativo, refletido na acachapante derrota em São Paulo e no Sul, bem como na redução de sua bancada na Câmara dos Deputados e no número de deputados estaduais. O desgaste é fator inegável, mesmo junto a setores mais progressistas, o que ajuda a compreender o novo desempenho alentado de Marina Silva e o apoio de segmentos da esquerda à candidatura de Aécio Neves no segundo turno.

Os emergentes da “classe C”, supostamente grandes beneficiários das políticas dos anos Lula, são bem menos propensos a apoiar o governo petista do que os das classes D/E, pois enxergam em seus próprios méritos a causa de sua ascensão. Se tem razão Marcus André Mello (2014) em sua tese sobre o “qualunquismo”, o PT precisará buscar uma reconciliação com os setores médios, pois o próprio sucesso de suas políticas de inclusão, na medida em que ampliam esses segmentos, tende a reduzir sua base eleitoral cativa, localizada nas camadas mais pobres, normalmente governistas.

Por fim, o cenário pós-eleitoral revelou que o acirramento da disputa, que já era perceptível em certos setores da mídia e no ambiente virtual das redes sociais, seria capaz também de ganhar as ruas. A derrota apertada da candidatura oposicionista tornou explícito o (res)surgimento de uma direita extremada e autoritária, fenômeno que já havia aparecido embrionariamente em 2010 (num movimento ironicamente autoproclamado como de “defesa da democracia”), mas que desta feita foi mais longe em seus reclamos,

reivindicando o *impeachment* da presidente recém-eleita e até mesmo a intervenção militar.

As manifestações de junho de 2013 também propiciaram uma oportunidade inicial para esse ressurgimento, quando foram às ruas setores direitistas que se mobilizam pelas redes sociais e pedem o fim dos partidos ou, na realidade, de certos partidos – os de esquerda e o PT, em especial. Deram acabamento final a algo que vem há bastante tempo sendo sugerido de forma menos explícita por certos publicistas ultraconservadores, sobretudo em seus blogs e intervenções avulsas na grande imprensa. Eles têm constituído um mercado de ideias radicais de direita que tem se mostrado bastante prolífico.

O antipetismo é o caldo de cultura circunstancial dessa direita intolerante. Em parte ele pode ser explicado por um ressentimento estamental e de classe: a perda da distinção social propiciada pelas políticas de equalização social e econômica implantadas pelos governos do PT. Em parte ela decorre da insatisfação de segmentos dos setores médios com a corrupção e o desempenho econômico medíocre dos últimos anos. Esses diferentes elementos não são distribuídos uniformemente nos setores médios, mas encontram nele o ambiente mais favorável à sua difusão ou mesmo mescla. Em algumas situações não é difícil notar o discurso sobre a corrupção como um subterfúgio honroso para o ressentimento estamental e de classe.

Nos últimos anos o PSDB a acalentou esses segmentos por interesse eleitoral. Diante da radicalização autoritária pós-eleitoral, que foram além do que preconizavam as lideranças tucanas, algumas delas sentiram a necessidade de desvincularem-se desses setores. Outros não tiveram tanto cuidado. O fato é que há hoje uma juventude tucana que é bem mais conservadora que os fundadores do partido e parece não ter tantos pruridos com esse tipo de aproximação.

Não será uma surpresa se até a próxima disputa presidencial tivermos o surgimento de uma candidatura claramente direitista, capaz de amearhar de forma mais nítida e estruturada esse eleitorado.

Referências

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian Elections of 2006. *Latin American Politics and Society*, 2007, v. 49, n.1, p. 1-30.

NERI, Marcelo Cortes. *Os emergentes dos emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011.

MELO, Marcus André. Lulismo ou 'qualunquismo'. *Valor Econômico*, 15/01/2014. Disponível em <<http://www.valor.com.br/politica/3395814/lulismo-ou-qualunquismo>>. Acessado em 27/11/2014.

PESSÔA, Samuel. Duas agendas na política econômica. *Folha de S. Paulo*, 21/09.2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2014/09/1519388-duas-agendas-na-politica-economica.shtml>>. Acessado em 27/11/2014.

SANTOS, Wanderley G. dos. A pós-revolução brasileira. In: Jaguaribe, Hélio (org.). *Brasil sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

SINGER, André. *Os Sentidos do lulismo - reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.